



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

PROAD nº 2300/2018

1. UNIDADE REQUISITANTE: Divisão de Comunicação Social.

2. OBJETO: Aquisição de acessórios para equipamentos de filmagem e fotografia conforme especificações e quantidades no ANEXO 1 (doc. 46).

2.1. JUSTIFICATIVA PARA REUNIÃO DE VÁRIOS ITENS EM LOTES

Por tratar-se de objetos afins, comumente encontrados em um mesmo fornecedor, e atendendo o disposto no art. 48, III, da LC 123/06, justifica-se a união de itens em lotes, em virtude da economicidade, praticidade e melhor gerenciamento, e ganho em economia de escala e também itens de natureza semelhantes.

2.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Pilhas e baterias devem conter, no corpo do produto e/ou em sua embalagem, advertências quanto aos riscos à saúde humana e ao meio ambiente; identificação do fabricante ou deste e do importador no caso de produtos importados, a simbologia indicativa da destinação adequada e informação sobre a necessidade de, após seu uso, serem devolvidos aos revendedores ou à rede de assistência técnica autorizada; conforme o art. 14, art. 16 e anexo I da Resolução CONAMA Nº 401 de 4 de novembro de 2008.

Os teores do chumbo, cádmio e mercúrio devem estar em conformidade com os limites máximos estabelecidos pela Resolução CONAMA 401/2008, comprovado pela regularidade do registro do fabricante ou importador no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, mediante apresentação do certificado de regularidade emitido pelo Ibama, conforme Instrução Normativa Ibama nº 6/2013.

O fornecedor deverá coletar os resíduos oriundos da contratação, para fins de devolução ao fabricante ou importador, responsável pela sua destinação ambiental final em até 30 dias a contar do recebimento da notificação do contratante.

2.2.1 COMPROVAÇÃO E VERIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Será comprovado e verificado no momento da entrega.

2.3 DADOS COMPLEMENTARES

2.3.1 DO PRAZO DE GARANTIA

Os materiais do ANEXO 1 (doc.46) deverão oferecer garantia contra defeitos de fabricação não inferior a 12(doze) meses nos itens 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 8 do lote 01 e nos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12 e 14 do lote 02. Garantia contra defeitos de fabricação não inferior a 06(seis) meses no item 9 do lote 01 e nos itens 8 e 11 do lote 02. Garantia contra defeitos de fabricação não inferior a 03(três) meses no item 6 do lote 01 e itens 13, 15, 16, 17 e 18 do lote 02. Contados a partir da emissão da Nota Fiscal. O fornecedor deverá entregar o termo de garantia emitido pelo fabricante, quando da entrega dos bens.

2.3.2 DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

No ato da entrega do material, o fornecedor deverá indicar local para assistência técnica em Fortaleza ou região metropolitana, com endereço e telefone para contato, comprovando que o mesmo prestará assistência técnica ao objeto deste Termo. Caso a assistência não seja prestada em Fortaleza ou região metropolitana, o fornecedor deverá DECLARAR que assumirá todos os custos necessários, quando, durante a garantia, apresentar defeito de fabricação.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A aquisição dos equipamentos justifica-se pela necessidade de renovação, posto que os atuais encontram-se defasados e com grande período de uso. É o caso da câmera fotográfica, que há mais de dez anos serve a Divisão de Comunicação Social e já apresenta algumas inconsistências e falhas, decorrentes do próprio uso prolongado.

Alguns equipamentos solicitados são complementares aos já adquiridos pela Divisão de Comunicação Social e servirão para proporcionar um uso otimizado e seguro das filmadoras e câmeras fotográficas. As cabeças dos tripés mantêm as câmeras estáveis e seguras e as bolsas servirão acondicioná-las quando em deslocamento, evitando-se choques e avarias.

Outros são apenas suprimentos necessários para o bom funcionamento dos equipamentos eletrônicos, como pilhas recarregáveis.

Salientamos que o pedido está em consonância com as Resoluções nº 80 do CSJT e nº 85 do CNJ, que determinam que os órgãos da Justiça do Trabalho divulguem, de forma sistemática, em linguagem acessível e didática, os direitos do cidadão e os serviços colocados à disposição da sociedade.

3.1 DA CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL

Trata-se de fornecimento do material comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1º, da Lei nº 10.520/2002, parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto 3.555/00 e parágrafo primeiro do artigo 2º do Decreto 5.450/05.

3.2 DA HABILITAÇÃO

3.2.1 Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

- a) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854/99;
- b) Declaração de não incursão na vedação constante da Resolução CNJ nº 7/2005, alterada pela Res. CNJ nº 9/2005;
- c) habilitação jurídica;
- d) regularidade fiscal e trabalhista.

3.2.2 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da CF, dar-se-á mediante declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

3.3.3 Os documentos relativos à **Habilitação jurídica** são:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.3.4 Os documentos relativos à **Regularidade Fiscal e Trabalhista** são:

- a) Prova de regularidade relativa às Fazendas Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), Estadual;
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS)
- c) Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).**

4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

4.1 LOCAL, HORÁRIO E DIAS DA ENTREGA: A contratada deverá entregar os equipamentos na Rua Vicente Leite, nº 1281, Aldeota, edifício Anexo II, 1º andar, na Divisão de Comunicação Social, no horário das 8h às 15h, nos dias úteis.

4.2. O material deverá ser entregue em até **15 (QUINZE) dias**, contados do recebimento da Nota de Empenho.

4.3. Serão devolvidos e prontamente repostos pela contratada os produtos que apresentarem defeitos imediatos.

5. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1 PRAZO DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- a) Provisoriamente: no ato da entrega do objeto contratado, acompanhado da Nota Fiscal;
- b) Definitivamente: em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, após verificação da conformidade das exigências estabelecidas neste termo.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

- a) Efetuar os serviços observando as condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- b) Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis** a contar do recebimento da notificação, o objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação;
- f) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- h) Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos limites estabelecidos no artigo 65 § 1º da Lei 8.666/93;

- i) O fornecedor deverá coletar os resíduos oriundos da contratação, para fins de devolução ao fabricante ou importador, responsável pela sua destinação ambiental final em até 30 dias a contar do recebimento da notificação do contratante;
- j) Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação escrita) preposto responsável por representar a contratada durante esse período.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A Contratante obriga-se a:

- a) Receber provisoriamente o serviço;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

8. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A gestão e a fiscalização da contratação caberá aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

8.1.1. A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

8.2. Os gestores e fiscais designados exercerem, de forma segregada, as atribuições previstas na Resolução TRT7 nº. 200/2014, e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

8.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à Diretoria competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

8.4. A gestão e a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

8.5. As informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada poderão ser prestados através dos telefones (85) 3388.9428 e 3388.9227.

9. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até **5 (cinco) dias úteis** contados do recebimento definitivo, devidamente atestado pelo Fiscal do Contrato, ocasião em que este Tribunal verificará a regularidade com a **Fazenda Federal** (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), com a **Fazenda Estadual**, com a Seguridade Social (**INSS**) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à **multa de mora, no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia**, calculada sobre o valor da quantidade entregue intempestivamente, limitada a 10% (dez por cento).

10.2 Se o atraso de que trata o item 10.1 ultrapassar o prazo de **15 dias**, a Administração poderá entender pela inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

10.2.1 Além da sanção prevista no **item supra**, a Contratada poderá incorrer nas seguintes sanções:

a) advertência.

b) multa, no percentual de **10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial do contrato;

c) multa, no percentual de **10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total;

d) multa, no percentual de **5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor do contrato, para os demais casos de descumprimento contratual.

10.3 A contratada estará sujeita ainda a outras sanções administrativas, conforme a modalidade de licitação a ser adotada.

10.4 A aplicação das sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, na forma da lei.

11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Conforme Anexo I (doc. 46) deste Termo de Referência.

11.1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: Os preços estimados, tanto unitários quanto global, correspondem aos máximos que este Tribunal se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores serão desclassificadas.

12.IMPACTO ORÇAMENTÁRIO NOS DOIS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES

Não haverá impacto orçamentário.

Fortaleza/CE, 23/05/2018

Francisco Odenes Uchôa Pinto
Diretor de Comunicação Social